

**HERANÇA DE DÍVIDAS:**  
UMA LEITURA DE *HISTÓRIA DE UM PESCADOR*,  
DE INGLÊS DE SOUSA.\*

*Marcus Vinnicius Leite<sup>1</sup>*  
*Universidade Federal do Pará*

- **RESUMO:** *Propõe-se a um exercício de interpretação da experiência histórica configurada nas 'imagens' tecidas no romance História de um Pescador, do escritor paraense Inglês de Sousa. A leitura destas 'imagens' pressupõe uma análise imanente do texto, que afasta qualquer explicação intencional. Focaliza-se no texto um enigma, a fantasmagoria da dívida, que será decifrado a partir de uma relação de dominação exemplar.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *Inglês de Sousa; Amazônia; Dívida.*
- **ABSTRACT:** *The present study aims to develop a interpretation on historical experiences from the "images" focused on the novel História de um Pescador, of Inglês de Sousa, writer from the State of Pará, Brazil. The interpretation of those "images" presupposes a immanent text analysis, which puts away any intentional explanation. Its focus is text on a riddle, the debt phantasmagoria, decoded from a relation characterized by a model of domination.*
- **KEY WORD:** *Inglês de Sousa; Amazônia; Debt.*

*Tal é o rio [Amazonas]; tal a sua história:  
revolta, desordenada, incompleta.*  
Euclides da Cunha

No meado da década de 1940, a crítica mineira Lúcia Miguel Pereira publicou um artigo no *Correio da Manhã* sobre a obra do escritor paraense Herculano Marcos Inglês de Sousa. Nele ressaltou o destino infeliz que se assenhoreou dos três primeiros romances do autor: *O Cacaulista* e *História de um Pescador*,

---

\* Este trabalho é um extrato da dissertação de mestrado, "Sobre Alguns Temas em Inglês de Sousa. Um ensaio caleidoscópico", de Leite (1998), defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônico — UFPA.

<sup>1</sup> Marcus Vinnicius C. Leite é graduado em Comunicação Social (UFPA) e mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA).

publicados em folhetins em 1876<sup>2</sup>, no *Diário de Santos* e na *Tribuna Liberal* de São Paulo, respectivamente, e *O Coronel Sangrado*, editado em 1882 — mas anunciado, para publicação em fascículos, no número dois da *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* de 1877 —, todos sob o pseudônimo de Luiz Dolzani. Os três romances não tiveram, no seu tempo, repercussão merecida, assevera a crítica mineira, talvez por não ter um ambiente literário para recebê-los, pois foram eclipsados pelo alvorecer da escola naturalista. Embora sendo romances escritos a partir dos cânones realistas — os primeiros na ficção brasileira —, segundo Pereira, eles não lançaram mão dos tiques e das fórmulas tão típicas daquela escola, a qual caiu no gosto do público e da crítica. Em termos de composição, estariam mais próximos de Flaubert do que de Zola. Não falavam em hereditariedade, não recorriam a dogmas científicos, portanto não eram bastante ‘modernos’ para o seu tempo e não mereceram a reedição, diz a autora.

A citada intérprete considerou a obra de Inglês de Sousa, no seu conjunto, um documento social de grande valor, na medida em que busca ‘retratar’ as condições da região amazônica, o que já transparece no subtítulo dado aos livros, “Cenas da Vida do Amazonas”. No romance *História de um Pescador*, ela vê “a nossa primeira obra de ficção em que se esboça a luta de classe — a revolta do tapuio contra o proprietário que o explora” (Pereira, 1994, p. 66)<sup>3</sup>. Contudo, acrescenta que este se apresenta literariamente fraco e com tom panfletário. Em relação aos dois outros romances, Lúcia Miguel Pereira os julga de melhor qualidade literária, neles o autor alcança um dos ideais dos romancistas: resumir o geral no particular. “Através de Óbidos, reflete-se toda a existência das vilas de província durante o império” (Pereira, 1994, p. 67). Finaliza seu artigo afirmando que, com estes três

<sup>2</sup> As edições em livros ocorreram no mesmo ano, respectivamente, em Santos e em São Paulo.

<sup>3</sup> Originalmente publicado no jornal *Correio da Manhã*, em 17/06/1945, com o título “Inglês de Sousa versus Luiz Dolzani”.

romances, Inglês de Sousa introduz no movimento literário brasileiro o romance social, ao fixar o conteúdo social de sua região<sup>4</sup>.

A importância da interpretação feita por L. M. Pereira do ciclo “Cenas da Vida do Amazonas” pode ser percebida, por um lado, na sua sagaz constatação da falta de elementos da ‘escola naturalista’, na qual a história da literatura brasileira insiste em enquadrar a obra de Inglês de Sousa, numa repetição constante; por outro, na sua inserção na tradição dos romances sociais, fundada pelos literatos franceses na década de 1830. Os seus comentários vieram quebrar um círculo vicioso que sempre depositou os romances de Inglês de Sousa num sulco pelo qual escorrem as mesmas imagens, a saber, de naturalista e de regionalista.

A imagem da obra de Inglês de Sousa que a tradição conserva é uma imagem reduzível a uma classificação que a congela nas escolas literárias, no seu caso, no Naturalismo. Tal situação não nos permite reconhecer a sua legibilidade. É necessário que tentemos arrancar a tradição do conformismo, resultado do processo de apologia ou valorização de uma obra, encontrado na transmissão. A perspectiva posta pela tradição é pensar a obra de Inglês de Sousa sempre dentro de uma continuidade linear, que perfila uma escola se opondo a outra e assim sucessivamente. Por isso, para alguns a obra é ‘romântica’, para outros é ‘naturalista’. Não há menor dúvida de que esta prática da história da literatura é de uma superficialidade esquemática. A construção de critérios não se deve pautar por uma ‘classificação abstrata’, mas sim ver uma obra na sua singularidade, na sua forma imanente, pois uma obra literária significativa cria o seu próprio critério de julgamento.

Quando L. M. Pereira insere a obra de Inglês de Sousa na tradição do romance social tem em vista a sua característica marcante que é a definição social dos personagens, que possibilita sua leitura universal, na medida em que se torna “o critério da sua

<sup>4</sup> Em uma entrevista dada a João do Rio (s.d.), Inglês de Sousa dirá que sofreu a influência de Balzac, Dickens e Flaubert, que são os precursores do romance social.

realidade e credibilidade, e os problemas sociais de suas vidas convertem-nas, pela primeira vez, em objetos” (Hauser, 1995, p. 754). É a geração de 1830 de escritores europeus que, imbuída de uma percepção dos fenômenos em que a questão social estava em jogo, os representam do ponto de vista universal. Um dos prógonos dessa geração, Honoré de Balzac apresenta, na sua *Comédia Humana*, “uma história maravilhosamente realista da ‘sociedade’ francesa, descrevendo, no estilo de crônica, quase ano por ano, de 1816 a 1848” (Marx e Engels, 1986, p. 71), pois é a sua visão de sociedade baseada na observação perspicaz da estrutura econômica que o tornou um grande ‘retratista’ literário. A idéia aqui trilhada é que o escritor paraense é capaz de narrar como o fizeram os grandes realistas. Em outras palavras, a sua escritura ‘carrega’ a experiência histórica do seu tempo, na medida em que produziu uma narrativa que apresenta de modo exemplar a descrição dos acontecimentos cotidianos e a imersão destes acontecimentos na sua época histórica. Contudo, os elementos da realidade social aparecem nos textos literários como *cifras*.

A análise pretendida da obra de Inglês de Sousa pauta-se na interpretação das cifras de seus textos. Estas são *figuras enigmáticas* e os seus entrelaçamentos nos são dados em fugazes indicações que rápido desaparecem, por isso é necessário não perder nenhum fio que a tradição tenha enovelado. Assim, quiçá, possamos completar a trama que poderia transformar aquelas cifras em um novo texto. A nossa interpretação não pretende submeter-se a localizar um sentido que se encontra posto por trás do texto, porém, procura iluminá-lo de modo súbito. As soluções dos enigmas “tomam forma pondo os elementos singulares e dispersos das questões em diferentes ordens, até que se cristalizem numa figura da qual salta a solução” (Adorno, 1991, p. 89). Esta interpretação dispõe os elementos recebidos das produções do saber em constelações matizantes ou em diferentes ordenamentos experimentais até que se encaixem numa figura visível como resposta enquanto o texto argüido esfuma-se. Portanto, a nossa tarefa não é pesquisar as intenções ocultas e preexistentes do texto, mas sim

interpretar os elementos carentes de intencionalidade (desintencionais) mediante a construção de figuras, de imagens a partir dos elementos isolados da realidade do texto estudado. Porém, não é apenas dele como também de outros textos que num embate sobre a mesma problemática-enigma contribuam para a sua solução.

O romance de Inglês de Sousa, que estudaremos aqui, *História de um Pescador*, vai ser percorrido a partir de várias entradas que nos possibilitam a revelação do seu enigma, a *fantasmagoria da dívida*. O seu enredo diz-nos que a personagem José, após passar quatro longos anos no colégio S. Luís Gonzaga, em Óbidos, retorna para o sítio de Anselmo Marques, seu pai, que havia falecido, onde pretendia cuidar da sua mãe, Benedita. Contudo, ao chegar, sabe que terá de pagar a dívida de 800 mil réis que seu pai contraíra com o capitão Fabrício, rico proprietário da fazenda *Jacaretuba*, em cujas terras se localiza o sítio de Anselmo. Por causa desta dívida, ele se sujeitara ao capitão por toda a vida. Sabemos que José se enamora de Joaquina, que morava com a mãe, Joana, no sítio do *Retiro*. Aquela, também, é ‘cobiçada’ pelo capitão, que fará de tudo para obtê-la, até promover um atentado à vida de José, por meio de sua ‘gente’, que resulta no desaparecimento de José. Este é dado como morto, levando Joaquina a casar com o capitão. Enquanto isso, ele será encontrado pelo arrendatário Gonçalves Bastos e terá os seus ferimentos tratados pelo Dr. Benevides, médico peruano, que o leva para Alenquer aos cuidados de seu padrinho, o padre Samuel. O fecho desta história é a tentativa de assassinato de José contra Fabrício, para vingar o ‘roubo’ de sua noiva. Sem perda de tempo, vamos à primeira entrada.

No dia seguinte de sua chegada ao sítio, José recebe um recado para comparecer à fazenda do capitão. A cena do encontro entre José e o capitão é exposta pelo narrador destacando o olhar do recém-chegado na direção de Fabrício, que “estava no meio do terreiro, e assistia impassível ao castigo de um escravo” (Dolza-

ni, 1990, p. 34; grifos nossos)<sup>5</sup>. Percebemos a confrontação de José com a condição de ‘coisidade’ do escravo no ‘tronco’, sendo castigado sob a ordem do capitão. Essa imagem configura uma luta de *reconhecimento*, de que nos fala Hegel (1992, v.1)<sup>6</sup>. Na “luta de vida e de morte” entre as consciências-de-si, primeiro movimento dessa luta, José viu o seu resultado: a consciência escrava escolheu a vida, porque tendo recuado de medo diante da morte, preferiu a vida sem liberdade que se tornou sua cadeia, “pois sentiu o medo da morte, do senhor absoluto [...] e tudo que havia de fixo, nela vacilou” (Hegel, 1992, v.1, p. 132); enquanto a consciência senhorial, suprassume a imediaticidade da vida instaurando sua liberdade, pois é o escravo que lhe mediará o gozo dos objetos. Em outras palavras, o senhor é livre pela mediação do escravo, que renunciou a liberdade e a transferiu para “um ser de coisa, para a cadeia que a prende ao senhor” (Vaz, 1981, p. 21). Esta ‘cadeia’ não é outra, senão a *relação de trabalho*, na qual ele é tido como um simples instrumento de trabalho. Neste sentido, o ser escravo é caracterizado, por Gorender (1988), em *Escravidismo Colonial*, pela sua condição de propriedade de outrem. Ser propriedade de outrem pressupõe uma sujeição pessoal (o escravo depende do senhor), sendo que, em termos genéticos, esta supõe aquela, pois antes da formalização de um homem como propriedade de um outro, a sujeição deve já vigorar. Em resumo, sua pessoa é propriedade, sua vontade é sujeita e seu serviço é obtido por coerção.

Diante daquela cena, José sentiu o poder absoluto do senhor de *Jacaretuba* e temeu por sua liberdade. A imagem do

<sup>5</sup> Em todas as referências a *História de um Pescador* será mantida a sua ortografia original. E, a partir de agora, a sua citação será abreviada por HUP seguida pela página.

<sup>6</sup> Aqui, utilizaremos de um modo livre a apresentação do reconhecimento, desenvolvida na busca da certeza de si da consciência, do capítulo IV da *Fenomenologia do Espírito*, de G.W.F. Hegel. É claro que a prosa de Inglês de Sousa não mimetiza todos os momentos da dialética que se chamou do “Senhor e do Escravo”, porém, em alguns de seus enlances, permite-nos construir uma entrada para a nossa interpretação.

castigo do escravo não está posta apenas para ilustrar o enredo. Na sua apresentação, tem-se o índice para a personagem José da possível violência a que poderá ser submetida, além do que, mostra-lhe a figura do escravo que presentifica o extremo de sua condição de homem livre numa sociedade escravista.

Assim que o viu chegar, Fabrício aproximou-se com “ar falsamente jovial” e, batendo-lhe no ombro, disse: “— *Ara* muito bem, seu José, gostei da sua história. Fez muito bem em ter vindo trabalhar para pagar as dívidas do seu pai” (HUP, p. 34). O rapaz mostra-se admirado com as palavras do fazendeiro, que notando sua expressão, continua com volubilidade:

— Como! pois não sabe que o Anselmo era meu devedor? Eu podia ficar com o sítio, que não vale nada, mas tenho pena de vocês, e prefiro que você trabalhe para pagar-me. [...] Olhe, agora mesmo estou para levantar uma casinha, e preciso de madeira. Vá cortar-me cem esteios para começar (HUP, p. 34).

Sem dar importância a José, afastou-se Fabrício para continuar acompanhando o castigo do seu escravo.

O narrador, ao construir o encontro do capitão Fabrício com José, molda-o, indicando as intenções astuciosas, que, em gestos sorrateiros (‘falsamente jovial’ e volúvel), armam o ‘bote’ ao rapaz. Fabrício ‘escorregadiamente’ impinge a José a marca de uma *herança de dívidas*. E, a partir dela, instaura-se como o credor. Esse mesmo ato pressupõe a existência de um devedor que não é outro senão o herdeiro da dívida, José. O que legitima esses papéis de credor e de devedor? Não se trata de simples posições individualizadas, eles têm um caráter de exemplaridade. Existe nesta sociedade, apresentada pelo romance, uma matéria moral que está contida na tradição, que conduz e dá legitimidade ao ato de reconhecimento de ambos nesse encontro, nesse *rito de subordinação*, no qual o capitão Fabrício é apresentado como sendo senhor, pois ele é o dono da dívida de Anselmo Marques. O ‘reconhecer’ de tal propriedade o legitima nesta condição. José, filho

de Anselmo, não questiona tal legitimidade, pois o pai o punha nesta condição — veremos adiante como isso se dá. Portanto, Fabrício, não é só o senhor da fazenda *Jacaretuba*, mas ‘o’ senhor. Este “só pode desenvolver-se onde uma consciência servil o aceite como senhor” (Aquino, 1979, p. 312). Deslindemos este encobrimento obliterador mergulhando na tessitura do enigma.

A dívida não estava nos planos de José. Quando fugira do colégio, da vida da cidade, tinha o desejo de retomar ao seu vagar livre no sítio — o narrador a chama de “liberdade selvagem” (HUP, p. 48) — que lhe foi retirado pela “horrível prisão” (HUP, p. 30) do colégio e dos enlaces da convivência social do povoado. A passagem de José da vida no sítio para a condição de aluno por quatro longos anos de colégio interno decorreu de um descuido no celeiro do capitão Fabrício, que resultou no fogo de uma palhoça. Para pô-lo a salvo da ira do capitão, o padre Samuel encaminhou-o à cidade de Óbidos. O colégio imputava ao jovem José o “hábito de sujeição” (HUP, p. 28). Este era decorrente do medo do padre-reitor, que impunha uma “cruel disciplina” (*Idem*), porém foi lá que pôde aprender a ler, escrever e contar de modo sofrível — afirma o narrador.

A fuga de José era a ruptura com essa condição de subalternidade gerada por uma violência, decorrente da ira de Fabrício e consumada por Padre Samuel ao mandá-lo ao colégio, que o confinara longe do “amor à vida livre” (HUP, p. 35). Agora, a personagem enfrentava uma nova violência, resultando numa nova ‘prisão’ dada pela dívida do pai. Em outras palavras, ao fugir do colégio, José repudiou o modo de vida citadino para viver seu ideal de vida ‘campesina’, a qual considera sinônimo de liberdade. Williams (1990), no estudo sobre *O Campo e a Cidade*, esclarece-nos melhor sobre esse contraste a partir da literatura inglesa. A idéia de uma ‘inocência rural’, muito presente na literatura rural tem sua chave interpretativa na oposição entre, “de um lado, o campo e, de outro, a cidade e a corte” (Williams, 1990, p. 69). Quer dizer, natureza *versus* mundanalidade. Contudo, este contraste é retórico; há apenas “uma separação ideológi-

ca” (*Idem*). Reportando-se às causas socioeconômicas do crescimento das cidades pós-medievais, Williams (1990, p. 71) demonstra que a maioria das cidades se desenvolveram como um aspecto da ordem agrícola, seja como mercados, seja como centros de finança, administração e produção secundária. As cidades, entre elas a capital, estão funcionalmente ligadas à propriedade da terra e a sua produção. Por isso, ao vermos as contraposições entre virtude rural e ganância urbana, não podemos esquecer-nos da existência dos “vínculos regulares, necessários e funcionais entre as ordens sociais e morais que eram contrastadas” — afirma o *scholar* inglês (Williams, 1990, p. 72). Dito de outro modo, a imagem da cidade pervertida é decorrente da necessidade gerada pela classe dominante rural. Destarte, a literatura rural possui um caráter fetichista: “promover comparações superficiais e impedir comparações reais” (Williams, 1990, p. 79).

Fugindo um pouco dessa ‘separação ideológica’, a obra de Inglês de Sousa apresenta o campo/interior e sua relação com a cidade/capital como sendo espaço de conflito, pois, se esta é o terreno do logro<sup>7</sup> e das privações, aquele é o local da não-liberdade cristalizada na figura da dívida. O narrador comparou a prisão de José entre as quatro paredes do colégio em Óbidos, onde sentiu a falta da ‘liberdade selvagem’ que possuía no sítio, com a situação em que se encontra ‘preso’ à herança das dívidas de seu pai, que lhe tirava a “liberdade do trabalho” (HUP, p. 48). Este jogo de imagens, permite-nos construir a experiência histórica prefigurada da condição do trabalhador amazônico, a saber, uma luta para sobreviver à extração do seu sobretrabalho.

O retorno ao sítio abria-lhe um projeto, queria assumir a condição do pai para garantir um viver tranqüilo à mãe e poder “trabalhar à vontade” (HUP, p. 34). Após ter experimentado o

<sup>7</sup> A cidade como grande ‘empório’ era o espaço social do logro, onde os regatões ludibriam os ‘matutos’ que fugiam para aplacar “a expressão do terror que no ânimo lhes incutiam os homens da cidade” (HUP, p. 29). Essa passagem é exemplar do movimento da “dialética da matutice e da civilidade” tão presente no ciclo das “Cenas da Vida do Amazonas” (cf. Leite, 1996).

cárcere de sua liberdade no colégio sob a batuta do padre-reitor, vê-se de novo na mesma situação. As dívidas do pai encadeavam-no ao 'senhor' Fabrício e eram um vínculo que o transformava em 'gente' do capitão — um agregado. A personagem José, comenta o narrador, que “amara sobretudo a independência, sentia grande repugnância pela posição de *agregado*” (*Idem*; grifo no original). A situação de homem livre e não-proprietário aparece na fala da personagem associada a um estado de dependência<sup>8</sup>.

Uma das 'chaves' da construção da situação de agregado na prosa da *História de um Pescador* é interpretá-la como uma categoria, no *limiar* muito estreito entre entregar totalmente a capacidade de trabalho e, conseqüentemente, tornar-se uma 'coisidade' (o caso do escravo) ou lutar para manter a posse de sua força de trabalho, mesmo que a submeta a um controle, a um direcionamento e à obediência representada pelo capital mercantil. Nessa situação, contraditoriamente, a força de trabalho não é livre e é livre. No romance em estudo, vemos como a força de trabalho da personagem de José é posta presa a certos mecanismos de 'escravização', porém, ele é um representante dos homens livres e, como tal, é possuidor da sua liberdade. A liberdade supõe um duplo sentido; por um lado, ser uma pessoa livre, ter a posse da força de trabalho e dispor dela, por um tempo limitado, a outrem; por outro, estar inteiramente despojado dos meios de produção e de subsistência. Estes são o pressupostos das condições de trabalho do assalariado, apresentadas por Marx (1984, L.I, v.1) n' *O Capital*. Estão muito longe de efetivar-se estes pressupostos na sociedade.

A forma literária de Inglês de Sousa problematiza, como vimos acima, a posse da condição de trabalho da personagem José (índice da sua liberdade), que é reprimida e cerceada pela existência de uma obrigação moral de saldar uma dívida e atender

<sup>8</sup> Esta impressão é corroborada por uma cena do romance, na qual o capitão ordena ao seu capataz que aplique uma 'lição' aos seus agregados, que, ao falharem na primeira tentativa do roubo de Joaninha, receberam “cem palmatoadas nos pés” (HUP, p. 143).

aos pedidos do capitão. Este “constante mourejar” (HUP, p. 48) canaliza, diariamente, os esforços de José para satisfazer os desejos do capitão, vendo perder progressivamente a sua liberdade.

Nas situações de dependência pessoal clássicas, as relações se assentam numa troca direta, isto é, o dependente tem 'consciência' que está cedendo um produto para o seu senhor. No caso da relação de dependência na Amazônia oitocentista, temos um elemento obliterante, a saber, a *dívida*. Esta é a 'cadeia' à qual a personagem José está apeada. No romance, ela é o índice da especificidade da organização do trabalho na região-palco, na qual é encenada a obra de Inglês de Sousa. Ela é configuração de uma formação socioeconômica de *transição*,<sup>9</sup> pois a personagem do pescador não se configura como mão-de-obra em relações de trabalho compulsórias, nem nos moldes do modo de produção capitalista, que exige um mercado de trabalho, no qual a força de trabalho está separada de seus meios de produção e de sobrevivência. Na medida em que não existe naquela região, formalmente estruturada, o domínio pela propriedade territorial, a terra apresentava-se livre. Portanto, a dominação desloca-se para outras formas de organização/coerção da força de trabalho, no caso, a dívida. Esta situação ambígua produz uma condição, na qual a personagem sofre, por um lado, a dependência pessoal das classes dominantes, por outro, não transfere de forma direta os 'frutos' do seu trabalho. Para que isso aconteça, é necessário que se instaure uma relação mistificada, que permite dominá-la e extrair o seu trabalho excedente. À forma desta relação chamamos de *fantasmagoria da dívida*.

Após sair do terreiro, um relampaguear de resistência as-senhorou-se de José. Ele quis voltar e dizer não ao capitão, porém se lembrou que seu pai devera ao 'branco' e por isso deveria

<sup>9</sup> Identificamos, nessa sociedade, a forma de *transição* porque se encontra na passagem de uma produção que visa a valores de uso para a finalidade produtiva da valorização do valor. Dito de outro modo, a transição de uma forma socioeconômica que busca a satisfação dos indivíduos para uma outra que objetiva a reprodução da riqueza.

pagá-lo, do contrário seria ingratidão com a 'alma' de seu pai. E, por fim, falou consigo:

Vamos, José, [...] o capitão Fabrício tem o *direito de exigir serviços* de ti, e ainda mostra a sua bondade não te arrancando o sítio. Trabalha, pois, paga o que deves, e só então serás completamente livre. [...] Vamos, José, é preciso proceder com prudência e honradez (HUP, p. 35; g.n.)

Chegando ao sítio, lançou-se ao trabalho. Pela manhã lançava a canoa a pescar, quando não se metia na mata a caçar e a extrair madeira. No pouco tempo que lhe restava, cuidava dos seus pés de cacauzeiros — assevera o narrador.

O monólogo interior recompõe os termos de um compromisso, ainda não muito claro, no qual está envolvido José, sendo obrigado a cumpri-lo. “O reverso de um poder é um dever”, diz o antropólogo Maurice Godelier, dando-nos uma outra entrada para o problema, pois todo o poder de dominação pressupõe a violência e o consentimento, porém, é este o elemento mais forte. Num outro texto, Godelier vai dizer que a dominação de grupos por meio do consentimento deve aparecer “*como um serviço que lhes prestam os dominadores*” (Godelier, 1981, p. 193; grifos do autor). O poder se mostra legitimado para os dominados, na medida em que lhes parece que é seu “*dever servir àquelas que os servem*” (Godelier, 1981, p. 194; grifos do autor). Para que ocorra esse consentimento, é necessário que tanto os dominadores quanto os dominados sejam partícipes de semelhantes ‘representações’. As relações de dominação, portanto, para formar-se ou reproduzir-se de maneira duradoura “*devem apresentar-se como troca e uma troca de serviços*” (Godelier, 1981, p. 197; grifos do autor). Para o antropólogo, a forma geral de dependência é a dívida que contraem os dominados em face dos dominadores. Não se pode organizar um poder opressivo durável a não ser que adquira a forma de uma troca, de um contrato, “*tornando-o legítimo* de alguma maneira, transformado-o em ‘compromisso

recíproco’ entre dominadores e dominados” (Godelier, 1981, p. 200; g.n.)

Nos meandros daquele expurgo, José carrega a resignação ao seu compromisso, qual seja: acatar a herança de seu pai, formada de dívidas. Retomemos, aqui, a questão da legitimidade levantada acima. Ela deve ser levada a efeito, com cuidado e honorificamente ou nas palavras da ‘consciência’ de José: ‘prudência’ e ‘honradez’. Estas não são coisas, senão as faces do conceito de dominação proposto por Godelier, isto é, violência e consentimento. O cumprimento da herança efetiva-se num campo de força, na medida em que, por um lado requer cuidado, pois é posta por uma violência, por outra é acatada por um obrigação honorífica, matéria de uma tradição. Estudemos, agora, esta construção, chamada de *rito de subordinação*.

Quando Franco (1997), em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, conceitua *tradição*, esta não tem somente o sentido de transmissão mediante contato entre gerações de elementos da vida social, mas como um princípio organizador do social, no qual se entende “um julgamento de valor sobre o elemento transmitido, na crença em seu caráter sagrado e inquebrantável” (Franco, 1997, p. 61). Tal idéia fornece-nos uma peça para o nosso aparelho de interpretação. Contudo, é preciso ser dito que, em relação ao objeto de estudo da autora, o mundo caipira, ela própria o considera frágil na sua interpretação. Porque os pressupostos de Carvalho Franco sobre a organização social do trabalho no Centro-Sul oitocentista tinham como sua matriz a inserção marginal do homem livre na estrutura socioeconômica brasileira, formada de terra farta e rica que o leva “a um só tempo, diante da quase impossibilidade e da quase desnecessidade de trabalhar” (*Idem*)<sup>10</sup>. Portanto, sua prática era o nomadismo, isto é, possuidor

<sup>10</sup> Esta matriz é tomada de Caio Prado Jr. (1987), que promoveu a interpretação de que a estrutura do Brasil colonial estava assentada no grande latifúndio exportador e na mão-de-obra escrava, que permitia o surgimento de um grupo social de homens livres, expropriado, não integrando aquela estrutura.

de uma grande mobilidade que não lhe permitia adotar relações de durabilidade, permitido-lhe sustentar obrigações tradicionalmente aceitas. Além disto, continua a autora, a existência de um mundo paralelo movido pelo interesse econômico não permitiu a constituição de uma orientação por associações morais, fundamentos da tradição<sup>11</sup>.

Dissemos; mais acima, que Anselmo punha o filho na condição de subordinado, a qual é constantemente renovada. Montemos o quadro.

Passados alguns meses nesse lidar contínuo, José recorre a Fabrício para obter uma nova 'montaria', pois havia perdido a que herdara do pai numa tempestade. Assim que expôs o acontecido, o fazendeiro respondeu:

Corja de vadios que não faz nada, e entende que ha de viver á minha custa! Sempre acha uma desculpa para não pagar o que deve! [...] vocês cuidam que eu estou aqui para sustentar preguiçosos? [...] Ahi está no porto uma montaria, é leval-a que eu botarei na sua conta (HUP, p. 37; grifo nosso)

Neste momento, José sentiu-se pequeno perante o fazendeiro, comenta o narrador: "Todos os prejuízos de educação todas as idéias recebidas se acordavam em consideral-o inferior ao fazendeiro" (HUP, p. 38). Restando-lhe concordar com uma assertiva de cabeça, porém com as insistência do capitão sobre as 'suas' dívidas, tentou esboçar uma reação: "Bem sabe que não fiz

---

Hoje, esta concepção foi revista (cf. a coletânea *História Geral do Brasil*, organizada por Linhares (1990)).

<sup>11</sup> Segundo a autora, no ajuntamento entre o grupo dominante e o dominado apresenta-se o entrelaçamento de duas ordens constitutivas da sociedade brasileira: "ligações de interesses" e "associações morais" (Franco, 1997, p. 106). Esses dois princípios ordenam as relações sociais dos dominantes, pois, se, as exigências de seus negócios (orientação racional) 'falavam' mais alto, eram prontamente postos de lado os vínculos de compromissos (associações morais) com o grupo de dependentes.

nada por dever-lhe, e que não fui eu que..." (*Idem*). Sendo cortado por Fabrício com uma 'voz sumida', dizendo: "José, tu és um mau filho!" (*Ibidem*).

Estas últimas palavras, tocaram fundo José, no momento em que ele pretendia enfrentar o capitão em decorrência daquela situação que lhe "gastava as forças sem trazer-lhe resultado" (HUP, p. 47). Aquelas palavras foram entendidas como o grito de remorso, "a voz da consciência que lhe exprobrava o momento da fraqueza" (*Idem*). Eram como se fossem pronunciadas pela boca da alma do pai. O sentimento de culpa o invadiu. Repetia-se que o pai "se endividara fora talvez por sua causa", na medida em que pretendia dar-lhe um "meio seguro de vida" (*Ibidem*). Quando retornou para o sítio, só pensava em pagar a dívida de seu pai e qualquer momento de repouso "lhe parecia serem um furto feito ao capitão" (HUP, p. 48).

Esse último comentário do narrador mostra-nos o fecho do processo de identificação entre um subordinado e seu dominador. "O oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor" (Gorender, 1988, p. 50). Talvez aqui esta seja a expressão correta para aquilo que nós chamamos de *formação de compromisso*<sup>12</sup>; o 'acordo' entre partes para se manter num certo equilíbrio homeostático, no qual uma aceita os termos da outra e não a penaliza de modo nenhum. A relação torna-se 'natural', sem ser questionável. Esta é, salvo engano, uma das expressões da fantasmagoria da dívida. Mas, multifacetemos o problema para vê-lo melhor.

Primeiramente, a alma de Anselmo *re-apresenta* o peso do passado no presente, portanto *re-apresenta*, também, a tradição. Mas dizer isto, não é dizer tudo. "Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos. *Le mort saisit le vif*" (Marx, 1984, v.1, p. 5; grifo nosso)<sup>13</sup>. Essa bela expressão conduz-nos

---

<sup>12</sup> Este é um termo psicanalítico. Contudo, se, em termos de inspiração, somos devedores de Sigmund Freud, o uso que fazemos do conceito é livre.

<sup>13</sup> *Le mort saisit le vif* (O morto apodera-se do vivo) é uma fórmula jurídica (direito civil) usada para exprimir o direito que cabe ao herdeiro legítimo de

por mais uma entrada à problemática. José vive sendo atormentado pelo *espectro* do pai. Quando pensava na sua desgraça, “*ele via de pé sobre as águas do rio o vulto branco do tapuyo Anselmo*” (HUP, p. 106). Uma semelhança com *Hamlet*, de Williams Shakespeare, não seria um total absurdo! A alma do pai faz lembrar, constantemente, ao pescador o ‘compromisso’ que herdara e, mais, da obrigação de cumpri-lo. Uma voz interior diz a José que a alma do seu pai não descansa “na Gloria senão que tu pagues as suas dívidas de uma fôrma ou d’outra” (HUP, p. 82). Do mesmo modo, a alma do rei Hamlet aparece ao filho para cobrar a vingança contra o seu irmão-usurpador e, enquanto isso não ocorrer, vagaria pela terra. Este caráter espectral envolve a ‘consciência’ da personagem, fazendo-a ver a dívida como uma aparência ilusória, uma *fantasmagoria*.

Há um outro elemento que argamassa aquele ‘compromisso’. Apoiamo-nos, novamente, em Carvalho Franco, quando estuda o *compadrio*. Este é uma instituição que permite a aparente quebra das barreiras sociais entre pessoas de condições sociais diferenciadas que participavam dela. A associação padrinho-afilhado se apresenta como uma peça importante na aparelhagem da dominação. Ela é “a proteção que o menos favorecido buscava fixar por meio do batismo”. (Franco, 1997, p. 85). Transferindo-se a rede do *compadrio* para as situações sociais é possível perceber, analisa a autora, “uma intrincada rede de dívidas e obrigações, infundáveis porque sempre renovadas em cada uma de suas amortizações, num processo que se regenera em cada um dos momentos em que se consome” (*Idem*). O *compadrio*, enquanto uma eficiente técnica da dominação pessoal, reproduz “as obrigações entre pais e filhos, essa ambivalente relação de poder e sujeição estabelecida entre indivíduos” (*Idem*, p. 86). Esta instituição tem como pressuposto o reconhecimento da condição de *pessoa*, o

---

entrar na posse imediata da herança do defunto. No caso, ocorre uma inversão, a herança que se apropria do herdeiro.

‘traço igualitário’ da relação e o respeito pelas promessas trocadas, o pré-requisito da eficácia da dominação.

O capitão Fabrício, ao enunciar a frase: “José é um mau filho”, ativa a rede de obrigações que perpassa a relação pai-filho, a qual, como vimos, é o “motor” da instituição do *compadrio*. Com isso, não queremos afirmar que havia uma relação de *compadrio*, no sentido estrito, entre capitão e Anselmo. Porém, entendemos que Fabrício assume a função de protetor, quando fala que tinha protegido o velho Anselmo e, agora, propunha o mesmo a José. “Se teu pai fosse vivo havia de contar-te tudo o que fiz por ele... e o que prometti fazer por ti” — diz a personagem do capitão a José (HUP, p. 79). Da parte de José, a relação é desencadeada, pois o pescador, ao ouvir as palavras do capitão, as considera como pronunciadas pela “boca da alma de pai”. Fabrício não é só o opressor, mas o substituto do pai. Isto o torna legítimo cobrador do cumprimento da dívida. A herança de dívidas faz parte de uma compulsão à repetição, seja de uma repetição transferencial, seja da repetição de uma alma penada que, sem ter repouso, retorna até que seja encontrado o seu alívio. Essa herança vimos na prosa de *História de um Pescador* por meio da “alma” de Anselmo, que retorna para *re*-apresentar ao filho o compromisso da dívida. A primeira repetição é fundada na violência que sofreu José do pai ao ser mandado para o colégio em Óbidos, tirando-o do seu estado de prazer na vida do sítio. Essa violência se repete com Fabrício, cerceando-o a sua desejada liberdade de trabalho, que se torna transferencialmente na figura do pai. Esta interpretação, a partir da psicanálise, é mais uma entrada no estudo, que infelizmente não desenvolveremos aqui.

Para finalizar, o antropólogo Michael Taussig afirma, ao estudar os mecanismos de dominação sobre os índios do rio Putumayo na Amazônia colombiana, que se tem a “sensação” de que “não eram os rios que aglutinavam a bacia amazônica em uma unidade, mas que esses incontáveis laços de débitos e créditos se enrolavam em torno das pessoas” (Taussig, 1993, p. 81). O antropólogo dá-nos uma sagaz interpretação das relações sociais

na Amazônia, quando identifica a dívida ou a relação entre crédito e débito como a forma social predominante nesta região. Concordando com Taussig, buscamos construir essa forma social por meio da apresentação da forma literária de Inglês de Sousa, no romance *História de um Pescador*. Consideramos que o romance plasmou essa problemática, a partir de várias pistas, deixadas desintencionalmente, assim, nos é possível construir esse *saber-ainda-não-consciente*. Essa construção requereu a montagem de um aparelho de conhecimento, por meio do qual apresentamos a experiência histórica entretida na prosa de Inglês de Sousa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. *Actualidad de la Filosofía*. Trad. José L. A. Tamayo G de Eskenazi y Asociados. Barcelona : Paidós/ECE-UAB, 1991.
- AQUINO, M. F. de. Estrutura da Intersubjetividade-II. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Lisboa, n. 35, p. 303-314, 1979.
- BENJAMIN. *Paris, Capitale du XIX<sup>e</sup> Siècle. Le Livre des Passages*. Trad. Jean Lacoste. Paris; CERF, 1989.
- DOLZANI, Luiz (Herculano M. Inglês de Sousa). *História de um pescador. Scenas da Vida do Amazonas*. 2.ed. Belém: SECULT, 1990.
- FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: EDUNESP, 1997.
- GODELIER, Maurice. A parte ideal do real. In: CARVALHO, Edgard de A. (org.) *Godelier*. Trad. Evaldo Sintoni et al. São Paulo: Ática, 1981.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 5.ed. rev. e amp. São Paulo: Ática, 1988.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: M. Fontes, 1995.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992, v.1.
- LEITE, Marcus. *Sobre Alguns Temas em Inglês de Sousa. Um Ensaio Caleidoscópico*. Belém:, 1998. Dissertação (Mestrado em Planeja-

mento do Desenvolvimento). NAEA. Universidade Federal do Pará.

\_\_\_\_\_. *A dialética da matutice e da civilidade: uma leitura crítica dos romances de Inglês de Sousa*. Belém, 1996. Monografia (Especialização em História e Cidade) NAEA. Universidade Federal do Pará.

LINHARES, M. Yedda L. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro : Campus, 1990.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 9.ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1984. V.1.

MARX, K, ENGELS, F. *Sobre a literatura e arte*. Trad. Olinto Beckerman. 3.ed. São Paulo: Global, 1986.

PEREIRA, Lúcia M. Inglês de Sousa versus Luiz Dolzani. In: \_\_\_\_\_ *Escritos de Maturidade*. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIO, João do. *O Momento Literário*. Rio de Janeiro: Garnier, [19...].

TAUSSIG, Michel. *Xamanismo, colonialismo e homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

VAZ, Henrique C. de L. Senhor e Escravo. Uma parábola da filosofia ocidental. *Síntese* (nova fase). Belo Horizonte, n. 21, p. 7-29, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade; na história e na literatura*. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A **Revista MOARA** aceita trabalhos originais para publicação (artigos, resenhas, traduções, discussões, retrospectivas). Os textos serão submetidos à Comissão Editorial, que se reserva o direito de sugerir ao autor modificações de forma e/ou de conteúdo.

Os textos deverão ser enviados em disquete e em duas cópias impressas; não deverão exceder a 25 páginas digitadas em computador compatível com versão IBM (atualizada), usando o programa *word for windows* (fonte 12 em *Times New Roman*).

Os trabalhos devem obedecer ao que segue:

- a) título;
- b) nome(s) do(s) autor(es) com o último sobrenome em negrito;
- c) filiação institucional por extenso;
- d) resumos (em português e inglês ou em português e francês), antecedendo o texto, com o máximo de 150 palavras;
- e) três palavras-chave (em português e inglês ou português e francês);
- g) referências bibliográficas: deverão ser apresentadas ao final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023):
  - **Livro**  
TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
  - **Parte de obra (capítulos, fragmentos, volumes)**  
GOMES, Severo. Informática e soberania. In: BENKOUICHE, Rabah (org.). *A questão da informática no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 167p. P. 30-36.
  - **Artigo de Periódico**  
GOMES, Sonia Pedrosa, ALOJA, Miriam. Referências bibliográficas: algumas sugestões. *Boletim Abdf*. Brasília, v.6, n.21-31, abr./jun., 1983.
  - **Artigo de jornal**  
JOB, Fernando. Munique está em festa. *O Liberal*. Belém, 19 set. 1999, p.4, cad.1.
  - **Trabalho de Congresso ou similar (publicado)**  
TARGINO, Maria das Graças. Bibliotecas universitárias e prestação de serviços: a irreverências do óbvio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991. Salvador, Anais... Salvador: APBED, 1991, v.1, p.400-405.
- h) Ilustrações:
  - As **figuras** (desenhos, gráficos, mapas, esquemas, organogramas, fórmulas, etc.) com suas legendas devem ser legíveis. Devem indicar: autor, título abreviado e disposição da figura. Legenda das ilustrações, nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA. As **tabelas** serão encabeçadas e citadas como tabela, com o título auto-explicativo colocado acima.

**Importante:** Todos os trabalhos devem ser revisados por seus autores antes de serem submetidos à Comissão Editorial.